



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Intervenção do Ministro da Defesa Nacional

José Pedro Aguiar-Branco

Cerimónia do 41º aniversário da ADFA

Lisboa, 14 de maio de 2015

Só são válidas as palavras proferidas pelo orador

Estamos no quarto e último ano de mandato do actual governo.

Um mandato especialmente intenso nas emoções, exigente quanto à qualidade e quantidade das decisões a tomar, bem como na gestão das muitas e variadas solicitações da agenda ministerial.

Um mandato em que, no entanto, enquanto ministro de Defesa Nacional, não deixei de estar presente em quase todas as sessões promovidas pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas, para as quais fui convidado.

Presença justificada não porque goste, particularmente, de cerimónias públicas, mas porque acredito, como repetidamente tenho dito, que o Estado tem uma dívida de gratidão para com os Deficientes das Forças Armadas.

Disse-o várias vezes, em inúmeras ocasiões.

Uma dívida em incumprimento, sistemático, há vários anos.

Em linguagem de hoje, e que todos compreendem, quando assumimos a responsabilidade da governação, o Estado também estava em default face aos deficientes militares.

Digo isto porque aquilo que o Ministério da Defesa Nacional tentou fazer ao longo destes últimos anos, em conjunto com a ADFA, foi precisamente o mesmo que tentámos fazer com o País face aos seus credores: reconhecer a dívida, estabelecer um plano de acção e começar a pagá-la.

E, com isso... reforçar a confiança e a credibilidade junto do credores, no caso, os Deficientes das Forças Armadas.

Sei que não conseguimos saldar toda dívida. Perguntam-me “Algum dia estará paga?” Respondo-vos com franqueza que não.

O que fizeram pelo país não tem preço. Ou melhor, tem o maior dos preços: o preço de uma vida mutilada, sem compensação integral possível.

E não há discursos ou medalhas que possam reparar isso.

Mas... acredito que é possível atenuar a dor e o sofrimento: amortizando paulatinamente esta dívida. É o que temos feito:

- Nos últimos quatro anos reformámos o processo de qualificação como deficiente das Forças Armadas. Simplificámos e analisámos mais processos.
- Reduzimos o tempo de qualificação, como garantido no início do mandato. As medidas implementadas para a redução das pendências permitiram reduzir, no prazo de um ano, mais de 1200 processos.
- Apoiámos a criação do Centro de Próteses em Lisboa, anunciado o ano passado, nesta mesma cerimónia. Hoje é uma realidade e já está instalado no Lar Militar da Cruz Vermelha.
- Isentámos de parecer prévio e procedimento concursal as aquisições de próteses para os deficientes das Forças Armadas.

- Criámos condições para a tão desejada nova Delegação da ADFa no Porto, o que permitirá aos deficientes das Forças Armadas usufruírem de mais serviços, sem que se tenham de deslocar a Lisboa.
- Atualizámos as pensões dos deficientes das Forças Armadas, com retroativos a 2009.
- Garantimos a diferenciação positiva dos Deficientes Militares neste período, permitam-me a expressão, mais “entroikado” da nossa história.
- Procedemos à isenção das medidas de redução da despesa na defesa dos direitos já consagrados e reconhecidos.

E... podem contar connosco, nos próximos meses de mandato, para apoiarmos e ajudarmos a lançar os projectos que ainda estão por concretizar. Podem e devem contar connosco.

Refiro-me, por exemplo, ao Plano de Acção para o Apoio aos Deficientes das Forças Armadas.

Um plano que prevê a implementação de um conjunto de medidas integradas de apoio aos deficientes das Forças Armadas.

Minhas senhoras e meus senhores

Não pretendo com esta intervenção receber qualquer agradecimento, ou, como diz o povo, palmadinhas nas costas. Mas também não vou dizer que apenas me limitei a cumprir o meu dever.

Neste caso é diferente. É que, para lá do dever há o embaraço. O embaraço que resulta da constatação de que ainda não foi tributada aos deficientes das Forças Armadas a justiça que lhes é devida

Como Ministro da Defesa Nacional senti esse embaraço. Várias vezes.

Cada vez que faço uma viagem de Estado e vejo a deferência, o cuidado e a atenção com que outros estados, outros governos e outros cidadãos tratam os seus deficientes militares, tenho ainda mais embaraço na forma como nós cuidamos dos nossos.

O especial reconhecimento público que lhes é dispensado lá fora não tem, infelizmente, paralelo entre nós.

Mas há ainda uma segunda razão para dispensar, prudentemente, as palmadinhas nas costas.

Essa razão é a própria ADFA e o trabalho que é desenvolvido nesta instituição.

Permitam-me, a este propósito, que me dirija a toda a equipa e toda a direção da ADFA, na pessoa do seu presidente o Comendador José Arruda.

É que o Comendador José Arruda é daquelas personalidades que não se queixa de não ser ouvido.

Ele faz-se ouvir. Na verdade faz muito mais do que isso: participa, constrói e contribui.

Liga e desloca-se, pessoalmente, ao Ministério da Defesa Nacional, quando necessário, com o objetivo de acompanhar os processos e fechar dossiês.

Tudo isto sem nunca deixar de criticar quando considera que o deve fazer. Muitas vezes de forma dura.

E a verdade é que nestes anos todos continuo sem saber o que pensa sobre a política ou sobre as eleições. Nem interessa. José Arruda é militante de um único partido. Esse partido é a Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Minhas senhoras e meus senhores,

Nos últimos quatro anos não precisámos, nem quisemos repetir em todos os discursos ou conferências de imprensa que os deficientes das Forças Armadas eram uma prioridade deste governo.

Não fizemos grandes cerimónias nem promessas sobre o assunto.

Não é por acaso que não foi publicado, ainda, qualquer artigo ou reportagem sobre o novo Centro de Próteses, em Lisboa. Mas a verdade é que está criado. Está lá.

Na prática nunca anunciámos os temas das ADFA como prioridade. Sempre fizemos destes temas uma prioridade.

Uns melhores executados que outros. Mas quase todos concretizados!

Volto com isto, ao início desta intervenção. Porque também não foi por acaso que, deliberadamente, fiz questão de estar presente em quase todas as sessões promovidas pela ADFA.

Estive presente porque acredito que a obra mais importante destes quatro anos de trabalho conjunto, não se mede em tijolos ou em euros.

Acredito que a obra mais importante está neste novo modelo de relacionamento do Estado com os seus deficientes das Forças Armadas.

Acredito que depois de tudo o que foi dito e feito algo mudou de substancial, de estruturante, como hoje se diz!

Que mais nenhum outro governo, agora ou daqui a quinze anos, possa ignorar que tem uma dívida para saldar com os deficientes militares.

Se assim for... Valeu a pena ter passado por este púlpito.

Parabéns à ADFA pelo seu 41º aniversário

DISSE